

 <https://doi.org/10.23845/kgt.v14i3.304>

Credenciamento descredenciado da arte **[Enfranchisement disenfranchised of art]**

Thiago Gomes

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba; doutorando em Filosofia pelo Programa Integrado de Doutorado UFPB-UFRN-UFPE, Brasil.
E-mail: contato@tgomes.com.br

Resumo

O artigo discute a noção de descredenciamento filosófico da arte do filósofo estadunidense Arthur Danto apresentado em sua obra *O descredenciamento filosófico da arte*. Argumenta-se que a filosofia da arte de Danto apresenta certos elementos de descredenciamento da arte semelhantes àqueles que o próprio filósofo denunciou em sua abordagem histórica da suposta tendência filosófica de tornar a arte efêmera.

Palavras-chave

Arthur Danto. Estética. Arte.

Abstract

The article analyzes the notion of philosophical disenfranchisement of the art exposed in Arthur Danto's work *The Philosophical Disenfranchisement of Art*. It is argued that Danto's philosophy of art presents certain elements of disenfranchisement similar to those which the philosopher himself denounced in his historical approach to the supposed philosophical tendency to make art ephemeral.

Keywords

Arthur Danto. Aesthetics. Art.



I

Arthur C. Danto é, provavelmente, um dos filósofos mais peculiares do século XX. Contudo, a estranheza é maior se o olharmos como um filósofo formado dentro da tradição analítica, pois seu modo de fazer filosofia o diferencia enormemente do tipo de filosofia que tem sido feita nas instituições anglo-americanas. Em seu meio de formação é incentivada um espécie de filosofia especializada, voltada para problemas específicos e bem delimitados, cujos resultados são divulgados e compartilhados por meios de artigos em revistas acadêmicas. Danto, por outro lado, concebe a filosofia de uma maneira mais próxima à forma como os antigos e os modernos a concebiam. Para Danto, fazer filosofia é, acima de tudo, edificar um sistema teórico capaz de explicar todas as coisas.

A construção de seu sistema iniciou-se com a publicação da obra *Analytical Philosophy of History* (1965), seguido por *Analytical Philosophy of Knowledge* (1968), *Analytical Philosophy of Action* (1973) e, por fim, pelo livro *Transfiguration of Commonplace* (1981). Por trás dessa tarefa está a ideia de que a filosofia deve oferecer uma visão total das coisas do mundo em seu conjunto e da nossa relação para com esse conjunto. Segundo Danto,

nada básico pode ser deixado de fora, tudo deve ser explicado, como o é nas grandes visões filosóficas de descartes, Spinoza, Leibniz, Berkeley, Hume, Dewey, Russell, Wittgenstein, Heidegger e Sartre; (...) não se pode dividir os pedaços da filosofia sem perder o benefício inestimável de uma totalidade revelada (DANTO, 1986, p. xi).

O “benefício inestimável” do todo explicado significa que se for alcançada uma resposta verdadeira, se aplica a todas as coisas e na relação com elas, nenhuma explicação adicional seria necessária. Qualquer teoria filosófica específica – na visão de Danto – seja ela moral, epistemológica ou estética, em certo momento, reivindicará uma explicação adicional que a levará obrigatoriamente para outros domínios da filosofia. Isso significa que apenas um sistema filosófico total seria capaz de fornecer respostas



filosóficas genuínas, isto é, respostas que seriam coerente ente si e abarcariam explicitamente todos os domínios de investigação filosófica.

O caráter totalizante da filosofia, de acordo com Danto, refletiria o modo como própria história da filosofia se desenvolve, pois;

Cada momento de progresso filosófico parece considerar ele próprio como um novo começo, o qual exige um correspondente repúdio completo a tudo o que veio antes, incluindo todos os novos começos anteriores, cada um que colocou [...] a filosofia sobre fundações adequadas e duradouras. É característico de um grande pensador filosófico descobrir que tudo que veio antes jaz sobre algum erro fundamental. (DANTO, 1989, p.3).

Assim, não haveria, segundo Danto, na história da filosofia, qualquer tipo de progresso. Cada sistema filosófico erigido surge como um novo começo e modelo explicativo totalmente independente dos anteriores. Os sistemas anteriores passariam a ser vistos como grandes erros ou ilusões cometidos pelos filósofos do passado. Desse modo, a história da filosofia não seria uma história real, pois, se certo sistema for verdadeiro, sua história terá chegado ao fim e nada além dali poderá surgir.

Em *O Descredenciamento Filosófico da Arte* (1986), Danto afirma que a história da arte é a história da supressão da arte. Essa supressão teria ocorrido, acima de tudo, em razão do empenho dos filósofos, durante toda história da filosofia, em minimizar o poder da arte, de torná-la, através de diversos meios, efêmera. Assim, segundo Danto,

certas teorias da arte desenvolvidas pelos filósofos, seja o que lhes tenha q causado em primeiro lugar sentir o perigo na arte, de modo que a própria história da filosofia quase pode ser vista como um esforço colaborativo maciço para a neutralização uma atividade(DANTO, 2014, p. 38).

Nesse sentido, a neutralização da arte, então, ocorreria por meio de dois movimentos descredenciadores. Segundo Danto, “[1] o primeiro é o esforço para tornar efêmera a arte ao tratá-la como servindo apenas ao prazer e o [2] segundo é a visão de que a arte é apenas filosofia numa forma alienada” (DANTO, 2014, p. 30).

A origem dos movimentos de descredenciamento da arte já estria na filosofia de Platão, em sua discussão sobre o papel da arte na constituição de sua cidade ideal, e, *A República*. O receio em relação ao poder que a arte poderia exercer sobre o ânimo dos indivíduos teria levado Platão a efeminizar a arte e a colocá-la sob jugo total da razão. Segundo Danto, Platão ataca a arte em dois movimentos. Segundo ele, haveriam,



dois estágios no ataque platônico. O primeiro [...] é o interpor uma ontologia na qual a realidade é logicamente imunizada contra a arte. O segundo estágio consiste, tanto quanto possível, em racionalizar a arte, de modo que a razão, pouco a pouco colonize o domínio dos sentimentos, sendo o diálogo socrático uma forma de representação dramática na qual a substância é a razão exibida como domando a realidade por sua absorção nos conceitos. (DANTO, 2014, p. 41)

Na idade moderna, com o domínio da estética filosófica já constituído como um campo de investigação filosófica, Immanuel Kant também age de modo a dar continuidade ao processo de descredenciamento e efemerização da arte. No entanto, diferente de Platão, o ataque kantiano se deu através da ideia de que o valor da arte estaria em sua inutilidade. Segundo Danto¹, para Kant,

nossa atitude diante das obras de arte é caracterizada em termos [...] de *desinteresse*, ela própria, uma atitude com a qual há imediato contraste quando há um interesse, portanto alguma razão pessoal ou social para levar em conta ou não se algo existe, uma vez que sua não existência ou mesmo sua mudança em certo sentido faria alguma mudança individual ou social. Com as obras de arte não temos nada desse tipo para perder ou ganhar (DANTO, 2014, p. 42).

A partir da ideia de *desinteresse*, a arte seria *sistematicamente neutralizada*, ao ser retirado do domínio do uso, da utilidade e do “mundo de necessidade e interesses”. O valor da arte residiria justamente no fato dela não ter valor algum, e no prazer desinteressado que a arte suscitaria universalmente em qualquer indivíduo. A tradição estética que tem sua origem em Kant, e que ainda ocupam um importante espaço nos debates estéticos contemporâneos, pressupõe esse contraste entre a dimensão prática da existência – a dimensão do uso e da vida comum – e a dimensão estética – uma dimensão especial e sem valor prático.



II

Devemos analisar os dois pontos colocados por Danto como agentes descredenciadores da arte. No primeiro, sustenta-se que a arte se tornou efêmera – ou seja, desnecessária para a vida comum – e que nada faz acontecer, servindo apenas para o prazer (no caso, prazer suscitada pelo belo). Já o segundo, que a arte é vista como filosofia numa forma alienada, e, assim como a filosofia, que nada pode fazer acontecer.

¹ Pode-se argumentar que a caracterização da teoria de Kant feita por Danto não corresponde plenamente ao texto de Kant. Se ficarmos presos ao texto kantiano, só poderia haver a beleza aderente na arte, e, por isso, condicionada a algum interesse particular. Contudo, a tradição kantiana posterior adota uma concepção de belo aplicado à arte semelhante a caracterização de Danto.

No percurso dessa análise, contudo, poderemos chegar a um destino pouco otimista para Danto: descobrir que seu próprio modo de fazer filosofia recai sob às acusações que ele mesmo lança contra à tradição filosófica.

A crítica platônica à arte tem dupla motivação: metafísica e epistemológica, embora, uma esteja completamente conectada à outra. Metafisicamente a arte não teria, então, valor para Platão, pois estava demasiado afastada do mundo das Formas, sendo apenas cópia da cópia do poderia ser contemplado lá; e pela mesma razão não serviria como fonte de conhecimento algum, visto que o conhecimento eterno e invariável só é possível através da intelecção das Formas. Desse modo, com o mundo das Formas, Platão teria alcançado, como diria Danto, “a aspiração filosófica das eras: uma definição que não seja ameaçada pelo transtorno histórico”(DANTO, 2014, p. 249).

Nesse contexto, Platão posiciona a arte – em seu sistema – abaixo das meras coisas reais, por ser cópia de algo que ainda está submetido à mudança. Danto, num movimento inverso, retira a arte do reino das coisas comuns e a submete à transfiguração. Assim, como diria Shusterman ressaltando a metáfora religiosa em Danto, “as obras de arte são transfiguradas dentro de uma esfera ontológica mais alta e sagrada, inteiramente diferente das coisas reais deste mundo do qual elas podem ser indiscerníveis visual ou sensorialmente” (SHUSTERMAN, 2012, p. 91).

Para garantir ao conceito de arte o direito que Platão concedeu às Formas, Danto elevou a arte acima do reino das coisas comuns, e, assim, garantiu que sua filosofia da arte assente-se em sua concepção de fazer filosofia como sistema; opondo-se a qualquer mudança ou transformação, e atingindo o “benefício inestimável de uma totalidade revelada”. Aqui sua definição de arte utiliza-se de sua filosofia da história da arte, pois, segundo Danto, uma vez que,

adentramos um período de arte pós-histórica, em que a necessidade de constante auto-revolução da arte agora é passado. Não pode nem haver novamente nada como a desconcertante sequência de convulsões que definiu na história da arte do nosso século”(DANTO, 2014, p. 30).

Contudo nada nos garante que tenhamos realmente atingido a posição histórica que Danto acredita que vivemos. Não é evidente que o fim da arte, como proposto por Danto, seja realmente capaz de evitar que qualquer contraexemplo futuro possa levar sua definição ao fracasso. Embora possamos aceitar que a tese do fim da arte consiga evitar que contraexemplo – em termos de propriedades manifestas da obra que possam surgir



no futuro – ela não parece, a princípio, capaz de determinar que contraexemplo em termos de propriedades não-manifestas, ou relacionais, não possam surgir no futuro.

Nöel Carroll apresenta um experimento mental para ilustrar a sua objeção à filosofia da história da arte de Danto. Segundo ele, nada garantiria de antemão que a teoria de Danto seria capaz lidar com casos de contraexemplo que recorressem a propriedades relacionais das obras de arte; embora a teoria de Danto tenha sido bem-sucedida em abordar casos envolvendo propriedades patentes. Carroll diz,

[...] imagine que o método aleatório se torne a norma na produção artística num mundo da arte, onde já não tem implicações polêmicas. Não poderíamos ter então candidatos ao status de arte os quais em virtude de suas relações não manifestas a certos procedimentos gerativos aleatórios servem como contraexemplo a filosofia da história de Danto? Não consigo ver como a filosofia da história da arte pode excluir essa possibilidade a princípio. (CARROLL, 1991, p. 96).

Carroll argumenta que, a princípio, a filosofia da história da arte de Danto nada diz sobre a possibilidade de surgimento de contraexemplo à sua definição da arte em termos de propriedades não manifestas. Danto teria direcionado a sua atenção para os contraexemplo que tradicionalmente objetaram as teorias essencialistas da arte, mas deixou de lado a possibilidade que ele mesmo evidenciou: a arte pode ser caracterizada em termo de propriedades não manifestas.

Então, se olharmos os fundamentos metafísicos de Danto (de modo análogo ao que fizemos com Platão) poderemos ver que seu recredenciamento ainda descredencia a arte, pois, como reflexo de sua ontologia, posiciona a arte distante da vida comum. Recredenciar a cidadania de alguém e, ao mesmo tempo, lhe dar título de nobreza não é simplesmente deixar que esse indivíduo ocupe novamente o local que lhe é devido. Mas ele é colocado acima dos seus concidadãos que carecem desse título. Se não há mais descredenciamento da arte, há o descredenciamento de todo o mundo cotidiano. A arte então ocupa uma posição tão afastada da vida comum que ela mesma se descredencia de ter qualquer função no mundo cotidiano.

III

A concepção de arte de Arthur Danto sustenta ainda uma “espiritualização” da arte ao defender a existência de uma experiência artística, necessariamente cognitiva, distinta de uma experiência estética, natural e espontânea, a qual pode vir aderida à obra de arte,



mas não é intrínseca à sua natureza²Com isso, excluiu de todo o seu projeto o fornecimento de uma definição de arte qualquer consideração estética e, portanto, ele afasta as qualidades estéticas das razões que valorizamos a arte. Danto argumenta,

A questão é se considerações estéticas pertencem à definição de arte. Se elas não pertencem, então elas simplesmente estarão entre as coisas que vão junto com o conceito sem pertencer a sua lógica, e não é mais filosoficamente importante do que incontáveis outras coisas, tais como a preciosidade ou colecionabilidade, as quais têm sido parte da prática, se não do conceito de arte. (DANTO, 2007, p. 91).

Essa compartimentalização, que a arte afasta da esfera do estético, talvez pareça para Danto, em seu projeto, um modo de atribuir algo que é próprio da arte; e somente a ela, no caso, uma experiência artística cognitiva; e, com isso, traçar o que lhe é definitivo (atingindo, assim, a aspiração filosófica dos tempos). Contudo, há sempre problemas, como sustenta Dewey, nas teorias que começam suas investigações com posições filosóficas fundamentada em dualismo historicamente assentados e, portanto, começam suas análise a partir compartimentalizações prontas ou de uma concepção de arte que espiritualiza a obra de arte ao retira-la de suas relações com os objetos, vivências ou experiências da vida comum e corriqueira. Contudo, afirma Dewey, “a alternativa a essa espiritualização,[...] não é a materialização degradante e prosaica das obras de arte, mas uma concepção que revele de que maneira essas obras idealizaram qualidades encontradas na experiência comum” (DEWEY, 2011, p. 71-2).

Ao negar a experiência estética como algo valioso na nossa relação com a arte, Danto retira da arte de uma dimensão que é extremamente importante na nossa vida comum e cotidiana e, novamente, coloca a arte numa posição superior em relação às experiências comuns. A arte tem relação próxima com o comum e com o banal, com a vida prosaica da música laboral ou dos ornamentos domésticos, e não se originam de conceitos abstratos. A beleza, por exemplo, desempenha um papel fundamental no bem-estar de um cidadão que vive em uma cidade cuja arquitetura dos prédios e dos parques seja estonteante, ou repleta de obras públicas acessíveis, em comparação com um cidadão que habita uma cidade cinza cuja arquitetura é completamente hostil aos seus habitantes.



IV

Uma das teses centrais do projeto filosófico de Danto é a ideia de que a filosofia lida apenas com as formas que nós representamos o mundo e que os problemas filosóficos surgiriam de diferentes formas de representações conflitantes da realidade. Assim, não caberia a filosofia mudar o que fosse a realidade; a filosofia nada muda, ela apenas estaria apta a ajustar nossas crenças acerca de como a realidade é. Se a arte, no projeto de Danto, tende a se tornar filosofia, ela nada poderá fazer além de apresentar como ela realmente é, ou qual é o seu modo correto de representação. Quando alcançada a representação correta de arte, nada mais é necessário. Contudo,

Danto chega à irônica conclusão de que, levando-nos à compreensão de sua essência histórica, a arte cumpriu sua função histórica, concluindo, em certo sentido, sua história (mesmo que ainda sobreviva através das tentativas aturdidas da sua pós-história pós-moderna). Mas isso não vem refutar a definição de arte como prática cultural historicamente situada; pois o que supostamente se conclui foi apenas a sua história no sentido de uma progressão linear em direção de um objeto preciso, não no sentido de uma tradição cultural que se desenvolve a partir de realizações passadas, evoluindo em relação a elas, continuando, elaborando e rejeitando-as. A história, assim, apresenta-se como contêiner absoluto para a definição da arte, visto que todos aqueles objetos considerados como obras de arte pelos historiadores estarão necessariamente contidos nesta definição (SHUSTERMAN, 1998, p. 31).

Há um elemento descredenciador da arte dentro do próprio projeto de Danto, que, ao tentar, fornecer uma definição atemporal embora histórica da arte, coloca a própria arte numa posição tão afastada da vida comum, que passamos a vê-la como algo que nada tem a ver com o mundo cotidiano, a qual o homem comum se torna indiferente. Seguindo Adorno e Horkheimer, “É característico de uma situação sem saída que até o mais honesto dos reformadores, ao usar uma linguagem desgastada para recomendar a inovação, adota também o aparelho categorial inculcado e a má filosofia que se esconde por trás dela, e assim, reforça o poder da ordem existente que gostaria de romper” (ADORNO & HORKHEIMER, 2006, p. 14).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. A dialética do esclarecimento.

Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

GOMES, Thiago. Credenciamento descredenciado da arte. p. 107-115.



CARROLL, Noël. *Essence, Expression, and History: Arthur Danto's Philosophy of Art*. In ROLLINS, Mark (ed.). *Danto and his Critics*. Oxford: Blackwell. 1993

DANTO, Arthur. *A Transfiguração do Lugar-comum*. Tradução de Vera Pereira. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

DANTO, Arthur. *O descredenciamento filosófico da arte*. Tradução de R. Duarte. São Paulo: Autêntica, 2014.

DEWEY, John. *Arte como Experiência*. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes. 2011.

SHUSTERMAN, Richard. *Vivendo a Arte: O pensamento pragmatista e a estética popular*. Tradução de Gisela Domschke. São Paulo: Editora 34. 1998.

SHUSTERMAN, Richard. "Arte e Religião", in *Redescrições – Revista online do GT de Pragmatismo* Ano 3, Número 3, 2012.



GOMES, Thiago. *Credenciamento descredenciado da arte*. *Kalagatos*, Fortaleza, Vol.15, N.1, 2018, p. 107-115.



Recebido: 17/09/2017
Aprovado: 16/03/2018